

# Prefeitura Municipal de Lagoa Santa

### **DECISÃO RECURSAL**

Lagoa Santa, 25 de abril de 2025.

À Empresa ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI CNPJ: 03.945.035/0001-91 Representante legal: José Maria Nogueira

Senhor Representante,

O Município de Lagoa Santa, por meio da Secretaria Municipal de Saúde comunica, pelo presente, decisão acerca do Recurso Administrativo interposto por V.Sª, face à sanção administrativa de Advertência e Multa, aplicada à empresa ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI.

#### 1. DOS FATOS:

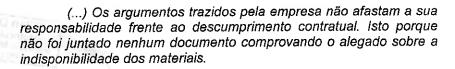
Face à constatação de descumprimento contratual por parte da contratada, no que concerne a inobservância ao cumprimento do prazo de entrega da ordem de fornecimento nº: 1559, conforme CI nº 375/2024/SMS/CONAS-Farmácia, de 29 de abril de 2024, a Comissão Permanente de Cadastro de Fornecedores - COPECAF, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde, instaurou processo punitivo de nº 7030/2024 em desfavor da empresa supramencionada.

Em decorrência disso, a contratada fora notificada, tendo apresentando defesa previa. Posteriormente, o processo foi submetido à secretaria demandante para informações acerca da entrega dos medicamentos em atraso e manifestação sobre prosseguimento do mesmo, sendo informadas as datas de entrega dos medicamentos e manifestação pela continuação do processo. Assim, a empresa ao ser penalizada com a sanção administrativa de advertência e multa, interpôs recurso administrativo solicitando revisão da penalidade.

Em observância ao artigo 17 do Decreto Municipal nº 2.260/2012, o recurso apresentado fora remetido à Assessoria Jurídica Municipal para análise e emissão de parecer, e, posteriormente, encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde, para prolação da decisão final.

#### 2. DA DECISÃO:

Diante do exposto, em conformidade com processo nº **7030/2024,** com o disposto no Decreto Municipal 2.260/2012, na Lei Federal nº 8.666/93, bem como com o parecer jurídico exarado abaixo:



(...) No caso em tela, não há de se falar de efeito suspensivo a que a recorrente faz menção, haja o equívoco na interpretação do dispositivo legal. Isso porque, o art.109, § 2º da Lei Federal nº



## Prefeitura Municipal de Lagoa Santa

8.666/1993 refere-se à aplicabilidade de efeito suspensivo para casos de habilitação ou inabilitação do licitante, bem como em momento de julgamento das propostas.

- (...) Nada constante, entende-se que, nos termos do §1º do art.57 da Lei Federal nº 8.666/93, é legitimo a empresa solicitar previamente à Administração Pública a prorrogação de prazo de entrega, a qual poderia ser concedida pela autoridade competente, ou seja, antes de decorrido o prazo de entrega dos medicamentos
- (...) Destaca-se, que a contratada solicitou a dilação do prazo após a instauração do processo punitivo nos termos do §1 do Art. 57, da Lei Federal 8.666/1993, porém já na fase da defesa prévia que ocorreu passado dois meses.
- (...) Percebe-se que, o pedido de dilação de prazo foi solicitado em momento posterior ao vencimento do prazo de fornecimento, tampouco foi devidamente justificado como se observa a aludida defesa prévia sem comprovar por meio de documentos. Nesse raciocínio, extrai-se o entendimento de que o pedido de dilação de prazo deveria ter sido impetrado em momento prévio ao encerramento do prazo de entrega.
- (...) Ademais, deve ser ressaltado que qualquer alegação no sentido de ausência de dolo ou culpa para aplicação da multa em questão vai de encontro ao entendimento doutrinário ou jurisprudencial de que a natureza da multa administrativa é objetiva, ou seja, não depende de comprovação de dolo ou culpa do fornecedor para aplicação da multa. Trata-se do Princípio da Objetividade que não exige para a configuração da infração administrativa a existência de dolo ou culpa do infrator, a não ser que o dispositivo legal assim o exija expressamente como nos casos das infrações administrativas na seara ambiental.

Alian Diego Falci Matricula nº 290541 Secretário Municipal de Saúde Lagoa Santa / MG

E ainda, manifestação da Secretaria Municipal de Saúde, informamos que o Recurso Administrativo interposto pela ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI., foi julgado NÃO PROVIDO. Dessa forma, ratifica-se a sanção de Advertência e Multa aplicada à contratada.

- ADVERTÊNCIA
- MULTA: R\$4.511,26 (Quatro mil quinhentos e onze reais e vinte e seis centavos).

Atenciosamente,

Allan Diego Falci Secretario Municipal de Saúde